

POLÍTICA

CONSTITUINTE

# Redação do regimento interno é a primeira preocupação

Com muitos problemas técnicos ainda por resolver, a Assembleia Nacional Constituinte, que se instala oficialmente no dia 1º de fevereiro do próximo ano, poderá concluir sua missão, de redigir a nova Constituição brasileira, no dia 15 de novembro, data comemorativa da República. Este é o desejo das principais figuras envolvidas no preparo da Assembleia, a começar pelo seu provável presidente, deputado Ulysses Guimarães.

Desde logo, os futuros constituintes devem redigir o seu próprio regimento interno, as normas de funcionamento das sessões plenárias e da grande comissão e das subcomissões. Assesores do Senado e da Câmara estimam um prazo mínimo de dois meses para a redação do regimento interno, mas antes que o documento fique pronto pelo menos algumas normas provisórias devem ser adotadas, se possível logo após a eleição da mesa diretora da Assembleia, no dia 2 de fevereiro. Essas normas provisórias podem, e provavelmente assim será, adotar alguns dispositivos do regimento que comandou os trabalhos da Constituinte de 1945 ou inspirar-se nas regras do Congresso Nacional ou nos regimentos internos da Câmara dos Deputados ou do Senado.

A própria eleição da mesa diretora da Constituinte, ainda sob a direção do ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, vai enfrentar alguns entraves. De quantos membros se comporá essa mesa? Quantos senadores e quantos deputados devem figurar? Nesse ponto o exemplo da Constituinte de 45 pode ajudar. Ela era formada por cinco membros, sendo dois senadores e três deputados, mas seu presidente era um senador. Agora, como o presidente

da Assembleia deverá ser um deputado, provavelmente Ulysses Guimarães, os senadores podem entender que, não dispondo do cargo mais importante (o de presidente), devem ocupar o maior número de cargos.

### Legislação Ordinária

Outro problema a ser resolvido logo no primeiro mês é o funcionamento isolado do Senado e da Câmara dos Deputados, já que não prosperou a tese de Ulysses, que tentou criar uma comissão representativa de 24 senadores e 48 deputados para cuidar da legislação ordinária. Também não vingou a fórmula idealizada na semana passada, prevendo o funcionamento da Câmara e do Senado exclusivamente no período da manhã, deixando o restante do dia e a noite para os trabalhos da Constituinte. O projeto de decreto legislativo que chegou a ser formalizado não conseguiu ser votado numa das últimas sessões do Congresso Nacional, na semana final de legislatura, porque a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) entendeu que os deputados e senadores que estão deixando o Legislativo não podem definir os pontos para a futura Assembleia Legislativa.

Agora, espera-se que, em fevereiro, quando a Câmara dos Deputados e o Senado estarão em recesso, será possível a votação, pela Assembleia Nacional Constituinte, de um decreto legislativo parecido com aquele, para fixar o período de funcionamento das duas Casas. Prevalece a tese de que tanto a Câmara como o Senado deveriam realizar sessões apenas uma ou duas vezes por semana, já que o volume de trabalhos será mínimo. E com isso, a maior parte do tempo

seria dedicada aos trabalhos da Constituinte.

Se isso der certo, é bem possível que, nos três meses iniciais de trabalho, o plenário da Assembleia Constituinte poderá incluir uma espécie de "pinga-fogo", que é o período do chamado pequeno expediente, com uma hora diária. Seria dedicado a pequenos pronunciamentos de cinco minutos sobre temas variados da atualidade brasileira. A partir do quarto mês, só seriam permitidos discursos sobre os diferentes capítulos da futura Carta. E aí, já com seu regimento interno em vigor, existiriam normas rígidas para a inscrição de oradores, como única fórmula capaz de apressar os trabalhos.

### Calendário

O presidente da Assembleia Constituinte será eleito no dia 2 de fevereiro, à tarde. Ainda não ficou definido o dia da eleição dos demais membros da Mesa da Assembleia Constituinte nem quantos serão seus integrantes — vice-presidente e secretários.

Pelo calendário em preparo pelas assessorias das Mesas da Câmara e do Senado, o primeiro ato será a posse dos novos deputados e senadores — dia 1º de fevereiro, pela manhã. À tarde, o Senado elegerá seu presidente, e deputados e senadores reunir-se-ão, unicamente, em Assembleia Constituinte, sob a presidência do ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal. Será a instalação solene da Assembleia Constituinte.

No dia 2 de fevereiro, pela manhã, haverá eleição do presidente e demais integrantes da Mesa da Câmara. À tarde, a Constituinte elegerá apenas seu presidente.

Manoel Vilela

## Apesar de Ulysses, ainda sobram cargos no poder.

Não há razão para deputados e senadores do PMDB ficarem tão preocupados com a falta de espaço, ou com a "surpreendente" decisão de Ulysses Guimarães de acumular quase tudo: presidente do PMDB, candidato natural do partido a presidente da República, presidente da Câmara (novo período), presidente da Assembleia Constituinte e vice-presidente da República (como presidente da Câmara).

Haverá, ainda, vários cargos à disposição da bancada peemedebista — no partido, na Câmara, no Senado, na Constituinte. Na Câmara, por exemplo, com a eleição de Ulysses a novo mandato de presidente (1987/88), o partido poderá ocupar a primeira vice-presidência, que na prática dirigirá a Casa, e ainda a 1ª e a 3ª secretarias da Mesa diretora. Nas bancadas, haverá a escolha dos líderes do PMDB na Câmara e no Senado, com seus vice-líderes (mais de 20 só na Câmara). Nas comissões técnicas das duas Casas haverá oportunidades para a indicação de presidentes e vice-presidentes (mais de 30 lugares).

No Senado o espaço não será muito diferente. Se está sendo considerada certa a escolha do senador Nelson Carneiro — dos mais ligados a Ulysses — para presidente, os senadores peemedebistas poderão postular a primeira vice-presidência e duas secretarias. Não parece tão mal assim. Pela renovação provocada pelas urnas será muito difícil, em 87, a indicação do líder do PMDB no Senado durante o chá das cinco.

E tem mais: a Assembleia Constituinte abrirá amplas oportunidades aos vitoriosos de 15 de novembro. Haverá lugares na Mesa da Constituinte — à exceção da



presidência — vice-presidente e secretários. O PMDB deverá indicar o líder da maioria na Constituinte, com alguns vice-líderes. Não há motivos para tantas queixas.

A Constituinte provocará, também, a organização da "comissão constitucional", que terá a missão de elaborar o projeto da nova Constituição, a ser submetido ao plenário. Nessa comissão terão de ser preenchidos dois lugares fundamentais — presidente e relator-geral. O PMDB está de olho nos dois.

Haverá ainda sub-relatores das diversas subcomissões que serão organizadas, para racionalizar o trabalho da feitura da nova Carta. Mais espaços ao partido de Ulysses.

### Os esquecidos

Não haverá cargos para todos

os 280 deputados e 46 senadores do PMDB. Muitos ficarão na planície. Um bom número de peemedebistas poderá ser aproveitado do lado de fora — sempre se pode forçar a reforma ministerial e, nos Estados, a reforma dos secretariados.

Com paciência e habilidade, valendo-se do velho expediente do "pistoão" — no caso, as bênçãos de Ulysses —, os que forem esquecidos nesta primeira fase de indicações terão consolo de que no Congresso os cargos são rotativos — nas Mesas, mandato de dois anos, e nas comissões, de um ano. Um dia todos chegarão lá.

Há os que querem chegar mais depressa do que outros. Para 1987, já estão aparecendo candidatos a presidente da Câmara (ousando enfrentar Ulysses) e presidente do Senado, a vice-presidente e secretários das Mesas das duas Casas. Há pretendentes a líderes e vice-líderes. Reservadamente, alguns sonham com gabinetes na Esplanada dos Ministérios.

No PMDB, com a esperada licença de Ulysses da presidência — seu mandato vai até abril de 1988 — há pretendentes à primeira vice-presidência. Na prática, o 1º vice vai presidir o PMDB, já que Ulysses terá tempo integral e dedicação exclusiva na presidência da Constituinte.

Depois de acomodados os vitoriosos, o PMDB — leia-se Ulysses — terá de cuidar também de alguns derrotados. Sempre haverá possibilidades em empresas estatais, autarquias, bancos oficiais, para evitar quatro anos no sol e no sereno aos que foram "injustiçados" pelas urnas.

Flamarion Mossri